

Suruagy, Divaldo  
001  
Reportagem 0034

Entrevista / Divaldo Suruagy

# Impeachment é exemplo para futuras gerações

Alexandre Torres  
e Artur Gondim

O senador Divaldo Suruagy era todo-poderoso em Alagoas quando Fernando Collor de Mello se iniciou politicamente. Collor assumiu a prefeitura de Maceió, elegeu-se depois deputado federal, governador e presidente da República. Ainda hoje, 13 anos depois, caçoam de Suruagy por ter introduzido Collor na política. Brincadeira. Mas Suruagy reage como se fosse mesmo o responsável, e até se desculpa: "O Fernando é filho de Arnon de Mello, que foi governador e senador. Seria político comigo ou sem mim. Eu apenas o orientei no começo".

Foi só o começo. Quatro anos depois, a criatura se voltou contra o criador. E com tal intensidade que eles não são adversários políticos apenas. Tornaram-se inimigos pessoais inconciliáveis. Tanto, que Suruagy comemora com alegria a debandada de outro ex-amigo do Presidente para o lado pró-impeachment. E mais, prevê que o rompimento de Cleto Falcão (AL), que também deixou o PRN, levará junto com a Oposição vários deputados federais nordestinos.

— Dos nove votos da bancada federal de Alagoas, havia apenas três votos a favor do impeachment. Agora temos quatro, com fortes possibilidades de amanhã — hoje — subir

para seis: os deputados Roberto Torres (PTB) e Luiz Dantas (PSC), que fazem parte do bloco dos indecisos, se seguirem as orientações de suas bases devem votar pelo impeachment.

Entre os três senadores alagoanos, Suruagy explicou que apenas o senador Guilherme Palmeira não manifestou, claramente, a sua posição:

— A minha posição é a do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB), são conhecidas em todo o País. Somos radicalmente contra essa quadrilha que se instalou no Governo federal. Achamos, porém, que o Presidente deve ter ampla oportunidade de defesa para poder provar que é inocente de tudo que foi apurado até agora. Mas, isto deve ser feito com ele (o Presidente) fora do Governo.

Liderança respeitável em Alagoas, estimado no Senado, amigo pessoal do vice-presidente Itamar Franco, Divaldo Suruagy não perde o tom passional ao se referir a Collor: "Estamos vivendo uma situação maravilhosa, porque podemos dar um exemplo marcante para as futuras gerações", resume garantindo que os acontecimentos só o surpreenderam pela dimensão dos volumes envolvidos nesse processo de corrupção".

Com 55 anos de idade, 27 anos de mandatos políticos, Suruagy acha que o Congresso cumprirá o seu papel, aprovando o impeachment, e o Poder Judiciário consagrará a justiça punindo o presidente Collor.

Além da honestidade, ele pode ter o apoio popular. Será que ele tem o apoio da classe política?

Tem, porque ele passou 16 anos nesta Casa, e quando você passa 16 anos em uma Casa Legislativa, você aprende logo uma coisa: primeiro, que você não manda em ninguém. Você convence ou é convencido, não tem meiotermo. O diálogo é permanente nesta Casa. O exercício da atividade parlamentar exige um diálogo permanente. Ninguém é dono da verdade. Ou convence, ou é convencido. Ora, o que aconteceu com o presidente Fernando Collor? O presidente Fernando Collor é o maior fenômeno eleitoral da História do Brasil. Nem Getúlio, nem Juscelino, nem Jânio Quadros têm a mesma proporção como fenômeno que Fernando. Por quê? Porque Getúlio saiu de um grande estado, o Rio Grande do Sul. Jânio de São Paulo e Juscelino de Minas. O Fernando saiu do governo de um dos menores estados do Brasil, menor do que Alagoas somente Sergipe. A contribuição de Alagoas para a formação de riqueza nacional é menos de um por cento, é 0,8 por cento. A população de Alagoas é a população de um bairro da cidade de São Paulo. A representação de Alagoas na Câmara é de nove deputados, uma das menores do País. Onde existe um nivelamento é no Senado, porque, como você sabe, nós representamos não o eleitor e sim as unidades federativas. Ele sai do governo desse estado e se elege Presidente da República. Então, o Fernando, com toda razão, ficou tonto. Ele passou a se imaginar um enviado dos deuses para conduzir os destinos dos povos. Tudo isso com juventude, com falta de experiência, uma ascensão tão rápida dessa e ambições outras, gerou tudo isso que está aí.

O senhor não tem remorso de ter contribuído para a carreira política desse fenômeno? O senhor é tido como o mentor político, como quem o introduziu politicamente.

O Fernando faria política comigo ou sem mim. O pai dele foi governador de Alagoas, foi o único político alagoano que exerceu três mandatos de senador da República. Ele controlava os meios de comunicação do estado, tinha a televisão concessionária da Globo, tinha o jornal mais lido e a rádio mais ouvida. Então, claro que um dos seus filhos seria continuador desse processo político. O senador realmente me pediu para orientá-lo. Ele já estava adiantado, já não tinha condições de orientar o filho, e me pediu para ser o orientador político do Fernando. O filho se agregou, realmente, ao meu grupamento político. Eu tive uma influência muito decisiva na escolha do senador Guilherme Palmeira para ser meu substituto, claro, que governara o estado, e então eu sugeri o nome do Fernando para compor a equipe. Na verdade, eu tinha sugerido para ele compor a Secretaria de Indústria e Comércio, que era uma secretaria que o Guilherme tinha exercido. O Guilherme foi meu secretário de Estado da Indústria e Comércio. Eu estava sugerindo para o Fernando a mesma secretaria que o governador eleito tinha exercido. O Fernando poderia ter sido secretário da Educação, mas ele depois achou que poderia fazer um bom trabalho na secretaria de Indústria e Comércio, porque era a Secretaria que ia coordenar as saídas econômicas do estado: o pólo clo- roquímico e o pólo turístico. São as duas saídas econômicas de Alagoas. Foi quando Guilherme achou, por motivos que lhe dizem respeito, que o Fernando seria melhor na prefeitura da capital. Realmente, foi uma escolha do Guilherme. Eu fiz a indicação para ele compor a equipe de governo e não para a prefeitura. O Guilherme levou para a prefeitura. Ele fracassou como administrador: nos últimos 15 dias, nomeou milhares e milhares de pessoas, inviabilizando a prefeitura em termos administrativos e em termos financeiros. Até hoje ela ainda paga esse preço. No governo do estado, você não encontra uma obra que marque a presença administrativa dele. Como deputado federal, foi um deputado anônimo, um deputado ausente, não se conhece um assunto parlamentar marcante dele, e se elegeu Presidente da República. O que eu digo é o seguinte: o Fernando é o fracasso mais vitorioso que eu conheço. Ele nunca enganou ninguém, ele é coerente. É um péssimo administrador. Acabou com a prefeitura de Maceió, acabou com o Estado de Alagoas, administrativamente falando, e está acabando com o País.

O senhor é amigo do PC Farias?

Foi meu contemporâneo de política universitária. Eu fazia Economia e ele fazia Direito. Me dou muito bem com ele. Não concordo com nada do que ele fez, mas não nego uma amizade que vem do tempo de adolescente.

JEFFERSON PINHEIRO



Suruagy hoje foge da responsabilidade de haver introduzido Collor na política: "Eu apenas o orientei no começo"

Em 1988, o senhor alertava o Brasil para os desmandos que seriam o Governo do presidente Fernando Collor de Mello. Que opinião o senhor tem hoje a respeito disso?

Lamentavelmente, tudo que eu previa transformou-se em realidade. Aliás, a minha surpresa não está sendo com os acontecimentos, está sendo com a grandeza, com a dimensão dos volumes envolvidos nesse processo de corrupção. Jamais poderia imaginar que chegasse a um montante dessa natureza. Com o fato em si, não está sendo nenhuma surpresa e eu não sou nenhum futurólogo, apenas afirmo que já assisti a esse filme. Esse filme já passou em Alagoas com os mesmos personagens, só que o cenário era menor, era o Estado de Alagoas. O quadro que foi vivido por Alagoas está sendo vivido em nível nacional.

Que análise o senhor faria então do momento político que nós vivemos?

Eu acho que o Brasil está vivendo uma fase muito singular da sua história. Eu diria, até, maravilhosa. Nós estamos tendo uma oportunidade única de mostrar ao mundo que o Brasil é um País adulto, um País amadurecido, onde um Presidente da República é acusado de um processo de corrupção, é julgado legalmente, dentro dos termos da Constituição, pelo Congresso Nacional e, se for condenado, a democracia não sofrerá nenhuma solução de continuidade. Vocês, que são pessoas que atuam na área de comunicação, não seriam também capazes, como eu não sou, de mensurar a publicidade gratuita que o mundo todo vai ter do Brasil. Já tem mais de cem correspondentes dos principais jornais do mundo, das principais estações de televisão, das principais emissoras do mundo, credenciados para acompanhar esse processo de impeachment.

O senhor acredita mesmo no impeachment?

Acredito, porque as provas são tão contundentes, a verdade é tão evidente, que não é possível que não se atinja o quorum de dois terços, mesmo porque o Presidente está implicado, segundo a Procuradoria Geral da República, também em crime comum. Aí não tem nem aquelas filigranas jurídicas do processo de impeachment. O Supremo deverá solicitar a autorização da Câmara e aí é votação única, sem direito, inclusive, de defesa, porque a defesa será no Senado, e aí sim, é a Casa que vai funcionar como se fosse um tribunal.

Há algumas correntes políticas que dizem que o afastamento do presidente Collor, ou a punição do Presidente da República, dependeria da mobilização das forças populares. Isso não significa uma fragilidade tanto política do Congresso Nacional, quanto jurídica do Poder Judiciário do Brasil?

Não. Sob o aspecto jurídico, eu acho que está caracterizado o papel que ele exerce. A Procuradoria Geral da República analisa as denúncias, encaminha um formulário para o Presidente, o Presidente tem o direito ou não de responder essas perguntas, atenderá ou não os questionamentos formulados, e isso vai para o Supremo. O Supremo solicita que a Câmara conceda autorização para julgamento do Presidente. O Poder Judiciário está firme, está sólido, está fazendo o papel dele que a Constituição determina. O Congresso também. E por que esse quorum privilegiado de dois terços? Porque também tem que se poupar a figura do Presidente da República — pode ser Pedro, Paulo ou José da Silva —, das paixões políticas. Se ficasse maioria simples, se poderia ter, então, um caos administrativo. Esse quorum privilegiado é como que assegura, vamos dizer, a durabilidade do processo político e dos Poderes do Estado. Eu acho que a pressão popular, que é muito forte, a cobrança junto a cada parlamentar que vai representar o eleitor nesse processo de impeachment, então está sendo muito forte. Eu acho que o quorum será atingido, mesmo porque a defesa do Presidente é a acusação dele. Se o Presidente fosse inocente, ou se julgasse inocente, o que ele deveria fazer? Licenciava-se do cargo para que fosse apurado. Isso acontece em todo lugar do mundo, não é privilégio nem estigma do Brasil ter presidentes, ou líderes, ou ministros, honestos ou desonestos.

O senhor é um político do Nordeste e os políticos do Nordeste geralmente são tidos como os mais corruptos da Casa. Como é que o senhor vê essa notícia de compra de votos para que os políticos nordestinos garantam o mandato do presidente Fernando Collor?

Eu não concordo é com a colocação que foi feita. Os maiores focos de oposição ao Presidente estão na bancada do Nordeste. As maiores resistências ao Governo Collor estão localizadas nas bancadas do Nordeste. Claro, isso não é

nem estigma de região. Assim eu, em teoria, não gostaria de admitir que nenhum deles fosse corrupto. Claro. Também não sou nenhum ingênuo para imaginar que aqui só tenha santo. Agora, em teoria, eu concedo a todos eles o crédito da consciência da importância do problema que o País está vivendo. Eu acho que eles votarão para os interesses maiores do País. Eu acho que eles votarão com o direito de olhar nos olhos dos filhos deles. Com que cara um deputado vendeu o voto vai olhar para os filhos? A cobrança que ele vai receber, a começar pela esposa, pelos filhos, pelos amigos, pelo agrupamento social que ele vive, eu acho que é uma situação muito difícil para esse parlamentar. Eu só entendo aqueles que vão votar declaradamente por uma questão de amizade. Mas aquele que jamais teve uma identificação com o Presidente, é claro que votou por outro interesse. Qual foi esse outro interesse? Que ele foi subornado para isso.

A tropa de choque do Governo vem agindo constantemente. Até o próprio presidente da República tem telefonado para parlamentares cooptando o apoio deles nessa sua causa, a manutenção do mandato presidencial. Como é que o senhor vê isso?

Eu acho que o Presidente está na dele, está fazendo seu papel. Só que ele está fazendo tarde! Ele telefona para um deputado depois de dois anos e meio de Governo, que ele nunca telefonou, um deputado a quem ele nunca recebeu, um deputado que solicitava uma audiência e não tinha condições de ser recebido, e quando era recebido era em pé, de uma maneira distante, por aquela figura imperial do Presidente, então procura agora esse deputado.

Mas tem alguns deputados ou senadores de primeira legislatura que ficam impressionados com as promessas do Presidente.

Sim, exatamente. Mas o que acontece? Vamos admitir esses que tomaram posse recentemente. O deputado de primeiro mandato está muito ansioso para chegar junto do presidente da República com as reivindicações da comunidade que ele representa. Até então nunca foram recebidos. O Presidente estava mantendo aquela pose imperial — só decidiu telefonar e dialogar com os parlamentares agora, quando ele está em uma situação dessas. Aí eu posso falar, eu conheço o Presidente. Quanto mais ele procurar um deputado, um parlamentar da maneira geral, quanto mais difícil for o acesso, quanto mais ele se humilha para estar junto desse deputado, maior é o ódio dele desse deputado. O Presidente é meio paradoxal. Ele é uma personalidade dominadora. Então, quando ele

está precisando, ele se humilha, ele lhe procura, ele se torna muito envolvente. A medida que ele se esforça, quanto mais ele se esforça, quanto mais ele se humilha diante de você, maior é o ódio que ele tem de você. Depois que ele não precisa mais de você, ele dará um pontapé em você. Ele fez isso com várias pessoas lá em Alagoas. Depois que ele atinge o objetivo, ele se vinga daquilo que, na imagem dele, foi humilhação.

O senhor acha que se ele ganhar essa batalha, ele terá condições de governar o País?

Nenhuma, nenhuma. Então, o que ele deve fazer? Na minha opinião, ele deveria renunciar.

Ainda há possibilidade de renúncia? Eu acho que entre o impedimento dele pela Câmara, a autorização do impedimento, e o julgamento do Senado, ele renuncia. É uma opinião minha.

Mas o processo comum corre ainda, não é?

Sim, aí ele vai tentar negociar, vai tentar mandar emissários, mas o Congresso só poderá fazer qualquer composição se for no crime de responsabilidade. Crime comum, não: ele terá que responder na Justiça.

Quer dizer, ele não escapa mais de uma penalidade?

Se o Supremo pedir isso. Na sua opinião, ele está, como se diz, em Alagoas, num mato sem cachorro?

É. Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

Senador, mas o detalhe é o seguinte: se nós temos instituições fortes — nós temos um Congresso com ampla independência, um Poder Judiciário também da melhor qualidade — por que esse caráter de conspiração que é, por exemplo, a formação do eventual Governo do Itamar Franco?

Esse tom conspiratório é muito imaginativo. Itamar tem que ficar na posição dele. Ele é o substituto natural, constitucional, em qualquer afastamento do Presidente. O Presidente viaja, o vice assume. Então, se o Presidente for afastado por um processo de corrupção, compete ao vice assumir. Por que conspirar? Não existe isso. Tudo isso foi originado pelo Palácio do Planalto, porque quando a CPI foi implantada, começaram a fazer uma campanha ostensiva contra o vice-presidente. Acusações até ridículas, que ele tinha sido um péssimo aluno de matemática, que tinha sido um péssimo prefeito, que tinha sido isso e aquilo. Por que isso? A conspiração, se houve, partiu do Palácio do Planalto, ou de pessoas ligadas ao Palácio do Planalto. Talvez até independentemente, ou não, da vontade do Presidente. Enquanto o vice-presidente Itamar não estava com essa pers-

pectiva de assumir no processo de impeachment do Presidente, não acontecia nada. Agora, mudou quando a CPI foi implantada, e à medida que ia se descobrindo todo esse processo de corrupção, que é só a ponta do iceberg. Com o afastamento dele, aí sim, é que vai se descobrir a coisa. Tudo que está aí anunciado é só a ponta de um iceberg. O vulto de corrupção no País é de uma grandeza que até nos incluiria no Primeiro Mundo em termos de corrupção. Lamentavelmente.

O senhor acredita então, que a sociedade brasileira suportará as consequências de um impeachment?

A sociedade já está revelando. À medida que se anuncia um fato que afasta o Presidente do cargo, o dólar estabiliza ou cai e as ações da Bolsa aumentam. Quando surge uma notícia de que o Presidente pode ficar, o dólar sobe e a Bolsa cai. Quer dizer, a sociedade está traumatizada, está assustada com a perspectiva de da permanência, e isso está revelado na economia, que é a coisa mais sensível que tem para caracterizar uma inquietação popular. A economia que é o bolso. Eu digo o seguinte: todas essas pessoas que estão aí, só foram instrumentos do Presidente. Paulo César, Cláudio Vieira, Aninha, são vítimas do Presidente. O Presidente faria isso com eles ou sem eles. Na verdade, eles foram instrumentos do Presidente.

O senhor acredita que o vice-presidente Itamar Franco já tem um Ministério formado?

Não, de maneira nenhuma. O Itamar é um político experiente. Itamar passou 16 anos nesta Casa. Itamar começou sua vida política como prefeito de uma cidade importante de Minas, Juiz de Fora. Seria uma insensatez. Itamar sabe que ele só terá uma obra para realizar. A História está oferecendo a ele uma oportunidade maravilhosa se tudo isso se concretizar. Qual é a oportunidade? É de reimplantar a moralidade no Brasil.

O senhor acha que ele tem condições para isso?

Tem. Eu convivi com Itamar durante quatro anos — posso dar esse depoimento. É uma pessoa profundamente honesta, intrinsecamente honesta, que nesse momento passou a ser a maior virtude que o povo brasileiro está cobrando dos homens públicos. Nós fizemos uma pesquisa agora, lá em Maceió, para saber qual a maior virtude que o futuro prefeito deveria ter, e mais de 85 por cento — para ser mais preciso, 86 por cento — disseram que era honestidade, probidade e credibilidade, que no fundo é a mesma coisa. Nesse momento, o Itamar tem a maior virtude que o povo brasileiro está enxergando no homem público, que é a honestidade.